

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 30/06/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	16
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.154.000
Preferenciais	0
Total	1.154.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	81	590	0
1.01	Ativo Circulante	81	590	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	43	565	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	43	565	0
1.01.02.01.03	Títulos Avaliados a Valor Justo por meio do resultado	43	565	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	38	25	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	81	590	0
2.01	Passivo Circulante	311	328	93
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128	138	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128	138	0
2.01.02	Fornecedores	150	124	93
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	150	124	93
2.01.03	Obrigações Fiscais	33	66	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33	66	0
2.02	Passivo Não Circulante	12	12	0
2.02.04	Provisões	12	12	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12	12	0
2.03	Patrimônio Líquido	-242	250	-93
2.03.01	Capital Social Realizado	3.087	1.998	0
2.03.01.01	Capital Subscrito	4.176	1.998	1.000
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	-1.089	0	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.329	-1.748	-93

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.633	-1.751	-93
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.529	-1.725	-93
3.04.02.01	Despesa com Salários	-705	-861	0
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	-293	-448	0
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-440	-358	-93
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-86	-44	0
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	-5	-14	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	3	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-104	-29	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.633	-1.751	-93
3.06	Resultado Financeiro	52	96	0
3.06.01	Receitas Financeiras	56	104	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-4	-8	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.581	-1.655	-93
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.581	-1.655	-93
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.581	-1.655	-93
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02942	-0,80929	-0,09300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	-0,80929	-0,09300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.581	-1.655	-93
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.581	-1.655	-93

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.089	-1.998	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.581	-1.655	-93
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-1.581	-1.655	-93
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	492	-343	93
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Financeiras	522	-565	0
6.01.02.02	(Aumento) em Tributos a Recuperar	-13	-25	0
6.01.02.03	Aumento em Fornecedores	26	31	93
6.01.02.04	Aumento em Obrigacoes Fiscais	-33	66	0
6.01.02.05	Aumento em Obrigacoes Sociais e Trabalhistas	-10	138	0
6.01.02.07	Aumento em Outras Provisoes	0	12	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.089	1.998	0
6.03.01	Integralização de Capital	1.089	1.998	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.07	Saldos Finais	3.087	0	0	-3.329	0	-242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-93	0	-93
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-93	0	-93
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.998	0	0	0	0	1.998
5.04.01	Aumentos de Capital	1.998	0	0	0	0	1.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.654	0	-1.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.654	0	-1.654
5.07	Saldos Finais	1.998	0	0	-1.747	0	251

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 30/06/2015 à 31/12/2015**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-93	0	-93
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-93	0	-93
5.07	Saldos Finais	0	0	0	-93	0	-93

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	0	3	0
7.01.02	Outras Receitas	0	3	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-530	-427	-93
7.03	Valor Adicionado Bruto	-530	-424	-93
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-530	-424	-93
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52	96	0
7.06.02	Receitas Financeiras	56	104	0
7.06.03	Outros	-4	-8	0
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-4	-8	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-478	-328	-93
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-478	-328	-93
7.08.01	Pessoal	1.084	1.309	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	819	997	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	69	68	0
7.08.01.04	Outros	196	244	0
7.08.01.04.01	I.N.S.S	196	244	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19	18	0
7.08.02.01	Federais	19	18	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.581	-1.655	-93
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.581	-1.655	-93

Relatório da Administração

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Senhores Acionistas,

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Carioca de Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro (“Município”), cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. Está vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro – SMF e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos tributários e não-tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Rio Securitização teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferido em 27 de junho de 2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

Embora a administração da Companhia tenha adotado todas as ações necessárias para viabilizar a consecução do seu objeto social, questionamentos direcionados à natureza de operações semelhantes, no âmbito dos órgãos de controle e poder legislativo em nível federal, trouxeram risco à segurança jurídica para a securitização de recebíveis da dívida ativa dos entes públicos. Tais questionamentos se deram por meio de:

- a. Acórdão nº 772/2016, do Tribunal de Contas da União – TCU, que trata da representação quanto à natureza jurídica das operações realizadas por entes da Federação para captação de recursos mediante a cessão de direitos creditórios lastreados em dívida ativa;
- b. Oitiva realizada pelo TCU à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal – CAE para que apresentasse informações pertinentes à representação consoante ao relatório que integra o mencionado acórdão, especialmente no que tange à Resolução do Senado Federal nº 43/2001, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 17/2015, resolução esta que permite a cessão de créditos representativos de tributos parcelados.

Relatório da Administração

Os fatos relatados, todos de conhecimento público, impactaram diretamente as ações e o cronograma em curso de estruturação da primeira operação de emissão de valores mobiliários pela Companhia. Esse contexto de incerteza, no entanto, motivou a proposição do Projeto de Lei do Senado nº 204/2016 (“PLS 204/2016”), que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e tem como objetivo sanar dúvidas jurídicas e devolver ao mercado a segurança na realização de operações de securitização. O PLS 204/2016 foi aprovado no Senado Federal no dia 13 de dezembro de 2017 e remetido para aprovação na Câmara dos Deputados no dia 14 de dezembro de 2017, onde deu origem ao Projeto de Lei Complementar nº 459/2017 (“PLP 459/2017”). Nesse momento, o PLP 459/2017 aguarda a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação – CFT da Câmara dos Deputados.

Por todo o exposto acima, a Rio Securitização manteve-se pré-operacional desde sua constituição até o encerramento do exercício social de 2017, razão pela qual não possui produtos ou serviços oferecidos ao mercado.

INTEGRALIZAÇÃO E AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Considerando a manutenção da condição pré-operacional da Companhia e com vistas à adequação do seu fluxo de caixa, foi necessário aumentar o capital social da Rio Securitização em 2 (duas) oportunidade ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

- i) R\$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais), mediante a emissão de 60.500 (sessenta mil e quinhentas) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional no dia 30 de março de 2017; e
- ii) R\$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais), mediante a emissão de 1.089.000 (um milhão e oitenta e nove mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, das quais 500.000 (quinhentas mil) integralizadas em moeda corrente nacional no dia 15 de janeiro de 2018 e 589.000 (quinhentos e oitenta e nove mil) a integralizar até o fim do exercício social de 2018.

Cabe ressaltar que, nos termos do art. 6º, § 1º, do seu estatuto social, a Rio Securitização está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, na forma do art. 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do conselho de administração, como ocorreu. Na ocasião, foi observado o direito de preferência dos acionistas na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e também de acordo com o disposto no art. 6º, § 2º, do estatuto social da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

A Rio Securitização possui uma estrutura mínima e que considera a terceirização de toda a sua gestão administrativa (contabilidade, fiscal, financeiro, pessoal, jurídico, compras, informática etc), além daqueles serviços relacionados especificamente à consecução do seu objeto social (agente fiduciário, auditoria externa, banco escriturador, mandatário e liquidante, agência de rating, registro e liquidação de debêntures).

Relatório da Administração

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

A Companhia Carioca de Securitização, devidamente assessorada pelo Consórcio Avança Rio, formado pelo Banco Fator S/A (líder), Banco Nossa Caixa S/A e Banco ABC Brasil S/A, pretende realizar emissão de debêntures lastreadas nos direitos creditórios que serão adquiridos do Município, notadamente aqueles referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, ambos inscritos em dívida ativa. A operação de securitização será estruturada da seguinte forma:

- (i) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real com colocação em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (“1ª Emissão”), no valor de até R\$ 300.000.000,00 e juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de spread, expresso em taxa percentual ao ano (base 252 dias úteis), a ser definido em procedimento de *bookbuilding*. O valor da 1ª Emissão poderá ser alterado, a critério da Companhia, no montante necessário para se alcançar o rating mínimo “AA-“, caso a nota não seja atendida para a emissão no valor de R\$ 300.000.000,00, conforme a avaliação pela agência de rating sobre a carteira objeto da garantia. A 1ª Emissão deverá ser amortizada por fluxo proporcional ao fluxo financeiro das parcelas integrantes da garantia real, em até 60 parcelas mensais, e será registrada na CVM e/ou na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, na forma prevista na Instrução CVM nº 476/2009. A Companhia constituirá fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas mensais de pagamento; e
- (ii) emissão de debêntures subordinadas às debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, em série única (“2ª Emissão”), a ser subscrita pelo Município e distribuída com esforços restritos de colocação na forma da Instrução CVM nº 476/2009, ou submetidas à CVM para anuência no caso de emissão privada. A remuneração e o prazo da 2ª Emissão serão equivalentes ao índice de atualização e ao vencimento da garantia real. A 2ª Emissão será amortizada mensalmente, por meio da transferência do excedente de recebimento do fluxo mensal dos direitos creditórios cedidos, após os pagamentos da 1ª Emissão.

Além da estruturação da operação, a administração da Rio Securitização adotou outras medidas e procedimentos administrativos com vistas ao cumprimento do objeto social da Companhia, conforme abaixo:

- (i) contratação do Consórcio Avança Rio (Pregão Presencial SMF nº 01/2015): contrato RIOSEC nº 01/2016, no dia 08/03/2016, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública de debêntures com garantia real lastreadas em direitos creditórios, registro e distribuição e/ou privada de debentures subordinadas;
- (ii) contratação da RHPay do Brasil Serviços e Contabilidade Ltda ME (Pregão Presencial SMF nº 01/2016): contrato RIOSEC nº 02/2016, de 11/04/2016, para prestação de serviços técnicos especializados nas áreas contábil, societária, trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, de gestão financeira e assessoria paracontábil;
- (iii) contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (Pregão Eletrônico SMF nº 0408/2016): contrato RIOSEC nº 05/2016, de 08/08/2016, para prestação de serviços especializados de auditoria

Relatório da Administração

independente das demonstrações financeiras, revisão especial das informações contábeis trimestrais, revisão do formulário de referência, revisão do formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP, do formulário de informações trimestrais - ITR, informes trimestrais de securitizadora - SEC e revisão da qualidade e adequação dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis;

(iv) contratação da Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Pregão Eletrônico SMF nº 0197/2016): contrato RIOSEC nº 04/2016, de 30/06/2016, para prestação de serviços profissionais de agente fiduciário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões; e

(v) contratação do Banco Bradesco S/A (Pregão Eletrônico SMF nº 0344/2016): contrato RIOSEC nº 06/2016, de 31/08/2016, para prestação de serviços profissionais de banco liquidante e escriturador mandatário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões.

Apenas os contratos ii e iii vem gerando obrigações financeiras, ainda que mantida a condição pré-operacional da Companhia. Os demais, condicionados à realização da operação, não geraram custos até o momento.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A Companhia Carioca de Securitização apresenta seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores estão expressos em Reais e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

AUDITORIA EXTERNA

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia Carioca de Securitização para a prestação de serviços de auditoria externa, sendo objeto destes o exame das demonstrações financeiras da Companhia do exercício social de 2017. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S não prestou, em 2017, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Rodrigo Fernandes Barbosa
Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah
Diretor Financeiro e Administrativo

Jose Marcelo Souza Boavista

Relatório da Administração

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Praia de Botafogo, 370 – 8º andar

Rio de Janeiro – RJ

Esta carta de representações é fornecida em conexão com suas auditorias das demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nós reconhecemos que obter representações de nossa parte sobre as informações contidas nesta carta é um procedimento importante para permitir-lhes formar uma opinião se as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Companhia Carioca de Securitização em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis examinadas por V.Sas. apresentam os seguintes valores em milhares de reais:

2017 2016

Total do ativo 81 590

Total das exigibilidades 323 340

Patrimônio líquido (242) 250

Prejuízo do exercício (1.581) (1.655)

Reconhecemos que o objetivo de sua auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização é o de expressar uma opinião sobre as mesmas e sua auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais envolvem o exame dos sistemas contábeis, da estrutura de controles internos da Companhia e informações relacionadas na extensão em que vocês julgaram necessário de acordo com as circunstâncias, e seu propósito não é o de identificar – bem como não necessariamente ser esperado identificar – todas as fraudes, erros e outras irregularidades que possam existir. Seu objetivo também não é o de opinar sobre a estrutura de controle interno.

Fazemos, portanto, as seguintes declarações de responsabilidade, que são verdadeiras segundo nosso conhecimento e entendimento, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

A. Demonstrações contábeis e registros financeiros

1. Cumprimos com nossas responsabilidades identificadas na carta de contratação de auditoria datada de 8 de agosto de 2016 para a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Reconhecemos que, como membros da Administração, somos responsáveis pela apresentação adequada de suas demonstrações contábeis. Acreditamos que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, os resultados das operações individuais e consolidados, as mutações do patrimônio, os fluxos de caixa individuais e consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões, independentes se decorrentes de fraude ou erro. Nós aprovamos as demonstrações contábeis.
3. As práticas contábeis significativas adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão apropriadamente descritas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Entre elas entendemos que a prática contábil para entidades em situação de continuidade operacional normal é apropriada nas circunstâncias e nenhuma divulgação adicional é considerada necessária. Entendemos que as demonstrações contábeis são corretas, completas e exatas.
4. Como membros da Administração, acreditamos que as mesmas possuem um sistema de controles internos adequado, que permite a preparação de demonstrações contábeis exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.
5. Conforme NBC PG 12 (R2) – Educação Profissional Continuada – emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, confirmamos que todos os responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência no processo de elaboração das demonstrações contábeis, cumpriram com o requerimento mínimo de 40 pontos de educação profissional continuada por ano-calendário.
6. A Companhia tem titularidade satisfatória sobre todos os títulos e valores mobiliários apresentados nas demonstrações contábeis. Os títulos são todos classificados como para negociação. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computadas ao resultado. Não há títulos classificados como mantidos até o vencimento e disponível para venda.
7. As seguintes informações relativas aos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram apropriadamente divulgadas nas demonstrações contábeis: o montante, a natureza e as faixas de vencimento; hierarquia do valor justo; os valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

8. Não possuímos nenhuma transação com entidade de propósito específico que devesse ser divulgada nas demonstrações contábeis.
9. Não existem distorções identificadas durante a auditoria do exercício corrente ou exercício anterior.

B. Fraude

1. Reconhecemos nossa responsabilidade na elaboração, implementação e manutenção de controles internos para prevenir e detectar fraudes.
2. Levamos ao seu conhecimento o resultado da nossa avaliação do risco de que as demonstrações contábeis possam ter distorções relevantes em decorrência de fraude.
3. Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração ou outros empregados que possuem cargos relevantes na estrutura de controles internos para fins de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Adicionalmente, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo acima, não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo administradores, acionistas e outros empregados em que a fraude poderia acarretar um efeito relevante nas demonstrações contábeis. Exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo acima, não temos conhecimento de qualquer alegação de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude (independentemente da fonte ou forma e incluindo, sem limitação, quaisquer alegações por denúncias) que poderiam resultar em distorções nas demonstrações contábeis ou de alguma forma afetar a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.
4. Declaramos que seguimos acompanhando os processos de investigação tais como Lava-Jato, Zelotes, Catilinárias, Vidas Secas, Greenfield, Pausare, entre outros, através de informações oficiais divulgadas pelo Poder Judiciário em suas investigações. A partir dessas informações, tomamos todas as providências no sentido de identificar saldos, transações e relacionamentos em nossas operações proprietárias e de clientes, assim como os demais agentes do sistema financeiro tem feito. Efetuamos nossos procedimentos investigativos e com base nos procedimentos efetuados, como mencionado no parágrafo acima, informamos que Fundo não possui quaisquer operações com empresas correlacionadas com tais investigações e que não há a necessidade de qualquer reconhecimento ou divulgação específica nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 com relação a esse assunto.

C. Cumprimento às leis e regulamentos

1. Reconhecemos como membros da Administração da Companhia Carioca de Securitização nossa responsabilidade pelo cumprimento de leis e regulamentos. Levamos ao seu conhecimento todos os descumprimentos ou suspeitas de descumprimento às leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ser considerados na preparação das demonstrações contábeis.
2. Temos ciência de que a EY pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) situações que possam constituir indícios de "lavagem" de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao COAF, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria de acordo com as regulamentações estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e CFC - Conselho Federal de Contabilidade sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional a que vossa senhoria está sujeito no exercício das suas atividades profissionais.

Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis 9.613/98 e 12.683/2012 ocorridas até essa data.

D. Informações fornecidas e totalidade das informações e transações:

1. Fornecemos aos seus representantes:

- Acesso a todas as informações que entendemos como sendo relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentações e outros assuntos;
- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e
- Acesso irrestrito aos profissionais da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário para obter evidências de auditoria.

2. Todas as transações foram registradas nos livros contábeis e estão refletidas nas demonstrações contábeis.

3. Colocamos à disposição de seus representantes todas as atas de assembleias dos acionistas (ou das reuniões de acionistas), de reuniões da diretoria (e do conselho de administração/comitê de auditoria) e comitês de diretoria (ou todos os resumos de assuntos tratados em reuniões recentes para os quais ainda não foram preparadas as correspondentes atas) realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e até a data da presente carta, conforme descrito abaixo:

Ñ G BEDEFI Á Ü•^ } ae[ÁãÖã^d |ãÖc^& cãã

Ñ FH BEDEFI Á Ü^ } ae[ÁãÖã^d |ãÖc^& cãã

Ñ FÍ BEDEFI Á Ü^ } ae[Öcãã |ãã |ãã [Ö] •^ | @ Á^ Áã { ã ã cãã] L

Ñ FÍ BEDEFI Á Ü^ } ae[ÁãÖã^d |ãÖc^& cãã

Ñ G BEDEFI Á Ü^ } ae[ÁãÖã^d |ãÖc^& cãã

Ñ G BEDEFI Á Ü^ } ae[ÁãÖã^d |ãÖc^& cãã

4. Confirmamos a totalidade das informações fornecidas em relação à identificação de partes relacionadas. Levamos ao seu conhecimento a identidade de todas as partes relacionadas, e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas que temos conhecimento, incluindo vendas, compras, empréstimos, transferência de ativos, passivos e serviços, contratos de arrendamento, garantias, transações não monetárias e transações não envolvendo pagamento/recebimento para o período findo na data do balanço, bem como os saldos a receber de ou a pagar para as partes relacionadas na data do balanço. Essas transações foram adequadamente registradas e divulgadas nas demonstrações contábeis.

5. Acreditamos que os pressupostos significativos que utilizamos para as estimativas contábeis, incluindo àquelas avaliadas a valor justo, são razoáveis.

6. Divulgamos para V.Sas., que a Companhia cumpriu com todos os aspectos dos acordos contratuais que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis caso não fossem cumpridos, incluindo todas as cláusulas restritivas, condições ou outros requerimentos relacionados aos empréstimos vigentes.

E. Instrumentos financeiros

1. A Companhia adotou os critérios para registro, classificação e avaliação contábeis dos instrumentos financeiros conforme diretrizes estabelecidas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram identificados corretamente todos os instrumentos financeiros derivativos e quaisquer derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, que devam ser registrados separadamente em relação à operação que estejam vinculados.

2. Somos responsáveis pelos métodos de estimativa e suposições utilizados na mensuração de ativos e passivos reportados ou divulgados a valor justo, incluindo informações obtidas através de corretores ou outros terceiros. Nossa metodologia de mensuração vem sendo consistentemente aplicada de período em período e representa nossa melhor estimativa do valor justo na data de mensuração em conformidade com os requerimentos do CPC 38. Adicionalmente, nossas divulgações relacionadas a mensuração de valor justo são consistentes com os requerimentos previstos no CPC 40.

3. As seguintes informações relacionadas a instrumentos financeiros que possuem riscos fora do balanço (como swaps, operações a termo e futuros) e instrumentos financeiros com concentrações de riscos de crédito foram adequadamente divulgadas nas demonstrações contábeis de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

a) A extensão, natureza e termos dos instrumentos financeiros com riscos fora do balanço;

b) O montante de riscos de crédito dos instrumentos financeiros com riscos fora do balanço e informações sobre as garantias que suportam esses instrumentos financeiros;

c) Concentrações significativas de riscos de crédito decorrentes de todos os instrumentos financeiros e informações sobre as garantias que suportam esses instrumentos financeiros;

4. Não ocorreram reclassificações entre as categorias de instrumentos financeiros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

F. Passivos e contingências

1. Todos os passivos e contingências, incluindo aqueles relacionadas com garantias, verbais ou por escrito, foram informados aos seus representantes e adequadamente refletidos nas informações intermediárias.

2. Informamos aos seus representantes todos os litígios, reclamações e autuações existentes e possíveis, mesmo aqueles que ainda não foram discutidos com os consultores legais da Companhia.

3. Registramos e/ou divulgamos apropriadamente todos os passivos relacionados com os litígios e reclamações, contingentes ou existentes, e divulgamos nas notas explicativas às informações intermediárias todas as garantias que fornecemos a terceiros.

4. Não há outros passivos significativos ou perdas ou ganhos contingentes considerados relevantes, individualmente ou quando agregados, que devam ser registrados ou divulgados, nem existem provisões para perdas contingentes incluídas nos balanços que não estejam em conformidade com as normas contábeis ou orientações de órgãos controladores.

G. Propriedade e penhor de ativos

1. A Companhia possui título de propriedade adequado de todos os ativos incluídos nos balanços patrimoniais.
2. Não há ativos penhorados ou sujeitos à hipotecas, ônus ou gravames de qualquer espécie. Todos os ativos sobre os quais a Companhia tem titularidade satisfatória aparecem nos balanços patrimoniais.

H. Valor recuperável dos ativos

1. Não houve qualquer evento ou mudança de circunstância que pudessem indicar que os ativos não circulantes, incluindo intangíveis, não serão recuperados.
2. Os ativos não circulantes, incluindo os intangíveis, são avaliados quanto à perda de substância econômica, sempre que qualquer evento ou mudança de circunstâncias tenha indicado que os seus valores contábeis possam não ser recuperados. Nossas estimativas de fluxo de caixa futuro estão baseadas em premissas razoáveis e com suporte, representando nossa melhor estimativa de fluxo de caixa esperado pelo uso dos ativos ou suas alienações.

I. Partes relacionadas

1. Os saldos e as transações com partes relacionadas, incluindo vendas, compras, empréstimos, mútuos ou garantias recebidas ou concedidas foram adequadamente registrados e estão divulgados nas demonstrações contábeis.
2. Reconhecemos que como Administradores, temos responsabilidade em manter controles que permitam identificar os saldos e as transações com partes relacionadas.

J. Acordos com Instituições financeiras e cláusulas restritivas (default)

1. Acordos com instituições financeiras envolvendo saldos compensatórios ou qualquer outra forma de restrição ao uso de depósitos bancários e linhas de crédito ou acordos semelhantes estão adequadamente registrados e divulgados nas demonstrações contábeis.
2. Não ocorreram eventos que possam ser caracterizados como não atendimento de qualquer acordo de débito ou contratos da Companhia com terceiros.

K. Garantias Verbais ou Por Escrito, de Dívidas de Terceiros

1. Não há garantias, verbais ou por escrito, não divulgadas nas demonstrações contábeis.

L. Capital Social

1. Opções ou acordos de recompra de ações ou quotas, ou capital social reservado para opções, garantias, conversão ou outras exigências foram apropriadamente registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

M. Going Concern

1. Reconhecemos o prejuízo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$3.329 mil, em função da não operacionalidade da Companhia. Adicionalmente, reconhecemos que a continuidade das operações da Companhia depende da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 204/2016 o qual encontra-se em fase de deliberação do plenário; todavia é nossa intenção, como Administradores, e acreditamos que a Companhia terá capacidade de continuar operando durante o exercício de 2018.
2. Confirmamos que os aportes previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018, conforme Anexo I, são suficientes para suprir a necessidade futura de caixa para manter a continuidade da Companhia para o próximo exercício social.

N. Independência

1. Com base nas indagações que fizemos aos nossos administradores, diretores e sócios quotistas relevantes, não temos ciência de qualquer relacionamento de negócios entre qualquer um deles (ou qualquer entidade para ou da qual tal administrador ou diretor atua em função similar) e a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ou qualquer outra firma da organização global Ernst & Young (qualquer uma delas, "entidade EY"), além daquela para a qual uma entidade EY executa serviços profissionais. Para este propósito, um "sócio quotista" é uma pessoa física ou jurídica que possui 5% ou mais das ações da Companhia e possua capacidade de decisão.
2. Não temos conhecimento de nenhuma razão que poderia levar a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. a não ser considerada independente para o propósito de auditar a Companhia Carioca de Securitização

O. Eventos subsequentes

1. Exceto o já divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia, não ocorreram eventos ou transações adicionais desde 31 de dezembro de 2017 que requeressem ajuste ou divulgação nas demonstrações contábeis ou notas explicativas.

Atenciosamente,

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e Administrativo

Contador

Anexo I

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO S.A. - RIO SECURITIZAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Lucro e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base em seu trabalho de acompanhamento, nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 28 de março de 2018, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é da opinião que os referidos refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e, portanto, reúnem condições de serem submetidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

É o Parecer.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018

EUNICE SOUSA SORRILHA DE CARVALHO

ROSANGELA PEREIRA RAMOS

HENRIQUE BAPTISTA MARQUES JUNIOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

Leonardo Pereira Cassol

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 28 de março de 2018, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

Leonardo Pereira Cassol

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores